

O CINECLUBISMO E O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA NAS INFÂNCIAS

Milene dos Santos Figueiredo⁴⁰⁹

Sara Pereira⁴¹⁰

Monica Fantin⁴¹¹

EIXO TEMÁTICO: Tecnologias, democracia e risco digital

MODALIDADE: Comunicação de pesquisa

RESUMO

O texto a seguir problematiza as novas formas de participação de crianças nos diferentes ambientes digitais, observando os novos conhecimentos necessários para a compreensão das culturas infantis

⁴⁰⁹ Pedagoga, Mestre em Educação (UFMS/Brasil) e Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (Braga/Portugal). Professora do Núcleo de Educação da Infância – Colégio de Aplicação da UFRN/Natal/Rio Grande do Norte/Brasil. Contato: mmilenefigueiredo@gmail.com

⁴¹⁰ Professora Associada com Agregação do Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Ciências da Comunicação, e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. Contato: sarajgp@gmail.com

⁴¹¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil, Professora Titular do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, professora do Programa de Pós-graduação em Educação/UFSC/Brasil. Contato: fantin.monica@gmail.com

contemporâneas, bem como o papel de instituições culturais, como os cineclubes, na promoção de espaços que garantam a esse público o exercício do seu direito à cidadania digital.

Palavras-Chave: Infâncias. Cinema. Cineclubes. Democracia.

Cidadania digital

Introdução

Durante a realização da pesquisa de doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho intitulada “Cineclubes e a educação para o cinema de crianças e jovens: itinerários portugueses e brasileiros”, em fase de conclusão, investigamos como os cineclubes podem contribuir na realização de práticas exitosas de educação para o cinema nos dois países. Construimos um percurso metodológico, de viés qualitativo, que permitiu, através de um “estudo coletivo de casos” (STAKE, 1999), conhecer quatro instituições cineclubistas, duas em Portugal e duas no Brasil, com ações e projetos voltados ao público infantojuvenil. Através de períodos de observação, entrevistas com os dirigentes e mediadores cineclubistas e da análise dos projetos e documentos disponibilizados pelos cineclubes, constatamos uma diversidade de propostas envolvendo algumas dimensões da literacia cinematográfica adotadas pelos casos investigados.

Entretanto, ao longo da construção do nosso percurso teórico, nos inquietamos com algumas questões relacionadas diretamente a atual relação entre as crianças e o cinema. Questionamos se o maior fluxo e interação dessas crianças entre os dispositivos móveis de exibição e produção audiovisual tem lhes permitido ampliar as possibilidades de participação cívica e democrática, exercendo, por exemplo, o seu direito à cidadania digital. Assim, através do diálogo entre alguns autores e de entrevistas realizadas com crianças e jovens envolvidas nas ações dos cineclubes investigados, foi possível a constatação de algumas questões referentes a constituição das culturas infantis na contemporaneidade, levantadas a seguir.

Participação, democracia e cidadania: crianças e cultura digital

Temos testemunhado, em todas as esferas da vida, mudanças de ordem econômica, política, social, cultural e religiosa. Em paralelo, acompanhamos o desenvolvimento e a proliferação de novas tecnologias de informação e comunicação, dominando a nossa

mediação com o mundo. Nesse novo terreno, os saberes e certezas construídos ao longo da Modernidade começam a ser questionados, pois acabam, em muitos casos, sendo insuficientes para responder as novas relações estabelecidas na contemporaneidade. Santaella (2003, p. 26) caracteriza essa nova era pela regência da “cultura digital ou cibercultura”, determinada pela “confraternização geral de todas as formas de comunicação e de cultura, em um caldeamento denso e híbrido” (SANTAELLA, 2003, pp. 27-28), e que produzem “novos ambientes socioculturais” (SANTAELLA, 2003, p. 24). A partir desses novos contextos de socialização, pensamos na formação das culturas infantis contemporâneas. Sarmiento (2004) aponta como uma das características desse novo período os novos processos de “reinstucionalização da infância”, ou seja, a mudança do lugar social das crianças. Um exemplo desses novos espaços seria a reinserção das infâncias nos indicadores econômicos, conforme salienta Pereira (2017). A partir do seu trabalho é possível acompanhar as mudanças da sociedade em relação aos seus sistemas de produção (manufatura, industrial, tecnológico), bem como do lugar das crianças ao longo dessas diferentes fases. Identifica a ideia de consumo como a principal mudança na passagem de uma sociedade industrial para a tecnológica, percebendo a transformação de um sentido de consumo coletivo para individual. Nesse novo cenário capitalista de produção, a criança começa a ser vista como consumidora, tornando-se uma voz mais ativa nas famílias, participando e interagindo das decisões tomadas. Com o apoio da publicidade, esse novo olhar para as crianças – no presente e no futuro – acaba gerando “uma nova subjetividade infantil e novas formas das crianças se relacionarem com os meios de comunicação, a publicidade, o dinheiro, o mercado e as práticas de consumo em geral” (PEREIRA, 2017, p. 35).

Todas essas mudanças nos fazem pensar nas alterações produzidas em torno da natureza comunicativa de crianças na contemporaneidade. Uma dessas transformações está no fato, por exemplo, das próprias crianças acessarem e produzirem os seus conteúdos audiovisuais, superando, de certa forma, a análise feita por Buckingham (2006) em relação aos dois tipos de discursos predominantes na Modernidade sobre a infância: os discursos criados por adultos e destinados aos adultos, e os discursos sobre as infâncias criados por adultos e destinados às crianças. Poderíamos concluir que essas novas possibilidades comunicativas, proporcionadas pela cultura digital, estariam contribuindo para a

ampliação dos níveis de participação das crianças na sociedade? Esse é a questão que procuramos debater ao longo desse texto, buscando ainda compreender como os discursos produzidos e compartilhados pelas próprias crianças nas diferentes mídias vem sendo acompanhados pelas diferentes intuições socializadoras.

Essas questões permeiam a pesquisa de Pereira (2021, p. 15), que, ao buscar compreender as novas relações entre crianças e mídias, destaca:

Para se compreender as malhas da socialização das jovens gerações e reconhecer como são tecidas, é necessário conhecer os modos como as crianças e os jovens usam e se relacionam com os *media*, como se apropriam deles e como lhes dão sentido no seio das suas práticas quotidianas. A relação das crianças com os vários meios é feita de combinações, de complementaridade, de experiências, de oportunidades e de riscos, de escolhas, de trocas e de partilhas com outros, em particular com os grupos de pares.

Alguns autores tem buscado compreender essas “malhas da socialização”, investigando os níveis de participação das crianças nas diferentes mídias, bem como os discursos que suas práticas tem produzido sobre si e sobre suas culturas.

No Brasil, por exemplo, temos acompanhado a proliferação de canais na rede social Youtube voltadas ao público infantil, produzidos por adultos ou produzidos pelas próprias crianças. Entretanto, Lopes e Tenório (2020) observam nessas novas práticas de acesso, produção e participação audiovisual os interesses econômicos e de mercado, que encontraram novas estratégias de acesso às crianças, burlando a Resolução 163/2014 do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), que regulamenta o uso abusivo de publicidade direcionada ao público infantojuvenil no Brasil: “influenciadores tem lançado mão de uma importante estratégia de inserção de marcas e produtos em vídeos: *unboxing* e *review*, respectivamente os atos de desempacotar itens recebidos de fabricantes e atribuir opiniões à eles em frente às câmeras” (LOPES; TENÓRIO, 2020, p. 78).

Sampaio, Pereira e Cavalcante (2021) analisaram, por exemplo, o uso do Youtube por crianças e jovens em relação a garantia do direito à comunicação, defendida pela Convenção sobre os direitos da Criança de 20 de novembro de 1989, adotada pela Assembleia da ONU e retomada, em 2021, com a aprovação do Comentário Geral nº 25 relativo especificamente aos direitos da criança no ambiente digital. Basicamente, o comentário, que levou em consideração as vozes das

crianças na sua produção, salienta a necessidade de proteção em relação aos perigos que o ambiente tecnológico pode oferecer sobre sua privacidade. O documento também salienta o direito das crianças na igualdade de acesso e de participação nos ambientes digitais através do acesso a meios e recursos para expressarem-se, principalmente na defesa dos seus direitos, cabendo aos Estados Partes a criação de mecanismos de vigilância, manutenção e criação de recursos para a garantia desses direitos. A partir dessas questões é que a pesquisa de Sampaio, Pereira e Cavalcante (2021, p. 15) buscou analisar se os discursos produzidos (ou reproduzidos) no Youtube por crianças garantem o seu direito comunicativo. Consideradas como “*YouTubers-mirins*”, os canais e conteúdos analisados refletem que o uso de “performances comunicativas estão fortemente associadas ao universo do consumo, da celebração, da fama, etc” (SAMPAIO; PEREIRA; CAVALCANTE, 2021, p. 16). Constatou-se que o exercício comunicativo dessas crianças acaba voltado a reprodução de estereótipos negativos e preconceitos em relação a desigualdade econômica da população brasileira.

Além disso, pesquisas como a TIC Kids Online Brasil⁴¹², realizada entre os anos de 2021 e 2022 com jovens entre 9 e 17 anos nos permitem constatar um aumento no número de usuários de internet em crianças e jovens da faixa etária investigada em relação aos dados obtidos em 2019 (de 89% para 93%). Segundo a pesquisa, as plataformas de criação e compartilhamento de conteúdos audiovisuais são as mais utilizadas por crianças, chegando a 78% o número de crianças que são utilizadoras de redes sociais.

Todas essas considerações a respeito das novas modalidades de ativismo e envolvimento das crianças na cultura digital nos permitem constatar que o conceito de infância passa por transformações significativas. Em uma sociedade onde mudam os sentidos do olhar, da construção do conhecimento, das esferas públicas e das práticas de cidadania conforme pensa Rivoltella (2008), é preciso partir de novas concepções sobre ser, estar e consumir na perspectiva das crianças. Além disso, as suas práticas de produção audiovisual também precisam ser analisadas abrangendo as diferentes experiências e sentidos pelos quais são produzidas. As dimensões comunicativas, de produção de sentidos sobre o mundo, suas ações

⁴¹² A pesquisa TIC Kids Online Brasil está alinhada com as pesquisas EU Kids Online e o projeto Global Kids Online. Maiores informações sobre o resultado dessa pesquisa em: <https://cetic.br/pesquisa/kids-online/>

de cidadania e participação política (CORTESI, HASSE, LOMBANA-BERMUDEZ, KIM & GASSER, 2020), de reinvenção das formas e sentidos sociais (ADERALDO, 2017) também precisam ser consideradas. Por outro lado, encontramos a reprodução de estereótipos (SAMPAIO et al., 2021) e o agenciamento de práticas de consumo e propaganda (LOPES & TENÓRIO, 2020).

A partir dessa discussão, pensamos nas possibilidades e oportunidades que temos criado (ou deixado de criar) para que crianças e jovens possam construir ferramentas de reflexão e intervenção nas suas comunidades. Há rompimento das estéticas e regimes de visualidade ou apenas temos seguido o fluxo dos padrões visuais hegemônicos instituídos nas diferentes esferas institucionais e não institucionais que atuam com crianças e jovens? Nesse sentido, Fantin (2008, p. 71) considera a importância do “estabelecimento de políticas culturais que possam impulsionar outros tipos de produção midiática e de interações que favoreçam alternativas aos mercados globalizados em função de interesses públicos e de processos formativos”.

Além das escolas, outras instituições culturais que podem ser implicadas para a formação das crianças diante das novas necessidades formativas relacionadas ao uso crítico e criativo das diferentes mídias são os cineclubes. Ao estabelecerem práticas de educação para o cinema, por exemplo, podem atuar também na defesa e manutenção dos direitos à participação social, de vida em coletividade e alteridade, bem como promover o acesso e reflexão das inúmeras produções cinematográficas e audiovisuais que permeiam o passado e o presente. Entretanto, entendemos que essas práticas precisam estar pautadas na vivência, experimentação e reflexão das novas culturas infantis em torno do cinema e do audiovisual, além de estabelecerem o diálogo entre as áreas da educação e da comunicação, vislumbrando os ideais cineclubistas de formação de novos públicos para o cinema na contemporaneidade.

Considerações finais

A discussão proposta nesse texto, fruto de uma reflexão teórica em torno das novas práticas de participação das crianças na cultura digital, destaca a necessidade de construção de espaços, saberes e tempos onde as crianças possam exercer seus direitos de participação e cidadania digital. Defendemos, por exemplo, a

presença e atuação dos cineclubes como espaços voltados à “fruição/apreciação, análise/interpretação e expressão/produção”, compondo o tripé “ensinar-aprender a ver cinema, educar para o consumo e produzir audiovisual” (FANTIN, 2014, p.50). O cineclubismo, atuando dentro e fora da escola, pode permitir aos participantes o exercício da democracia, da alteridade e da participação coletiva, pois, ao se constituir como um espaço coletivo em torno do público (MACEDO, 2010), permite a vivência de práticas de democracia cultural (LOPES, 2009), expandido seu viés para além de uma instituição voltada apenas a exibição de filmes.

Referências:

ADERALDO, G. Territórios, mobilidades e estéticas insurgentes. Refletindo sobre as práticas e representações coletivas de realizadores visuais nas metrópoles contemporâneas. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 31-48, 2017.

<https://doi.org/10.4000/cadernosaa.1272>

CORTESI, S., HASSE, A., LOMBANA-BERMUDEZ, A., KIM, S. & GASSER, U. Youth and Digital Citizenship+ (Plus): Understanding Skills for a Digital World. Berkman Klein Center, n 2, 2020. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3557518>

FANTIN, M. (2008). A mídia na formação escolar de crianças e jovens. Em BARBOSA, M.C.S. & SOUSA, M.B. (Org.), Livro de Atas do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2008, pp. 1-14.

FANTIN, M. Audiovisual na escola: abordagens e possibilidades. Em: BARBOSA, M. C. S., M.A. SANTOS, M. A. (Coord.). *Escritos de Alfabetização Audiovisual*. Porto Alegre: Editora Libretos, 2014. p. 45-67.

LOPES, R., TENÓRIO, T.C. Endosso infantil no Youtube: legislações nas fronteiras entre anúncio publicitário e conteúdo orgânico. Em: *Infâncias, juventudes e debates emergentes em comunicação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 74-96.

MACEDO, F. Cineclube e Autoformação do público. Em: ALVES, G., MACEDO, F. (Org.). *Cineclube, cinema & educação*. Londrina, Paraná: Editora Práxis, 2010. p. 27-55.

PEREIRA, M. G. C. Criança e economia não combinam? Relações entre Infância, dinheiro e práticas de consumo. Em: *Comunicação e Infância: processos em perspectiva*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017. p. 12-37.

PEREIRA, S. Crianças, Jovens e Media na Era Digital: Consumidores e Produtores? [s.l.] UMinho Editora/CECS, 2021.

RIVOLTELLA, P.C. A formação da consciência civil entre o “real” e o “virtual”. Em Fantin, M. & Girardello, G. (Org.), Liga, roda, clica: estudos da mídia, cultura e infância. *São Paulo: Papyrus, 2008*, pp. 41-56.

SAMPAIO, I. V., PEREIRA, G. C., CAVALCANTE, A. P. P. Crianças Youtubers e o exercício do direito à comunicação. *Cadernos CEDES*, v. 41, n. 113, p. 14–22, 2021.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista FAMECOS*, v. 10, n. 22, p. 23, 2008.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. Em: SARMENTO, M. J., CERISARA, A. B. (Ed.). *Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. [s.l] Asa, 2004. p. 9–34.

STAKE, R.E. (1999). *Investigación com estúdio de casos*. Madri: Ediciones Morata.